

ACÇÕES E POLÍTICAS CULTURAIS E PATRIMONIAIS VOLTADAS AOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Damiana Bregalda Jaenisch¹

RESUMO: O texto busca oferecer um panorama das ações e políticas culturais e patrimoniais em âmbito federal voltadas aos povos indígenas no Brasil. Para tal, propõe-se apresentar as instituições e um breve histórico das ações levadas a cabo desde a criação do órgão indigenista oficial, o Serviço de Proteção aos Índios, passando pelas políticas e ações do órgão que o sucede, a Fundação Nacional do Índio, até as desenvolvidas no contexto que a Constituição Federal de 1988 inaugura. Caracteriza-se o período pós Constituição de 1988 pela descentralização das políticas voltadas aos povos indígenas e por demandas de participação efetiva daqueles na proposição e execução das políticas. Neste cenário, o Ministério da Cultura, através de suas Secretarias e do órgão responsável pela política de patrimônio cultural, o IPHAN merecerão atenção aqui.

PALAVRAS-CHAVE: políticas culturais, patrimônio, povos indígenas, Brasil.

Este trabalho apresenta um panorama histórico das políticas e ações culturais voltadas aos povos indígenas no Brasil desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910 até os anos recentes, destacando os principais marcos desta trajetória e as conquistas e desafios que se apresentam. O trabalho é resultado da análise de documentação relativa aos principais órgãos federais com atuação junto aos povos indígenas e do levantamento de informações junto ao Museu do Índio/FUNAI, ao Departamento do Patrimônio Imaterial/IPHAN, ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN e à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MinC)².

As políticas e programas culturais e patrimoniais que contemplam os povos indígenas são bastante recentes no Brasil. Datam das últimas décadas e são em grande medida resultado dos esforços pela regulamentação de políticas que atendam aos direitos conquistados e garantidos pela Constituição de 1988. Dentre estes direitos estão os expressos nos Artigos 215 e 216, que dispõem sobre os direitos culturais e sobre o patrimônio cultural brasileiro, mas também os que constam em artigos redigidos especificamente aos povos indígenas, como o

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e doutoranda em Artes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ com bolsa concedida pela FAPERJ. Contato: damianabregalda@gmail.com

² Este trabalho sistematiza parte dos resultados de pesquisa que realizei enquanto consultora contratada pela Unesco para atuação junto ao Departamento do Patrimônio Imaterial - IPHAN/MinC, entre 2012 e 2013. O texto foi construído a partir de um dos relatórios produzidos, entregue em abril de 2013, que trata do objeto deste artigo.

Artigo 231. Este último reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e atribui à União a competência de proteger todos os bens indígenas (BRASIL, 1988).

Entretanto, se considerássemos a proposição de ações governamentais voltadas à pesquisa, documentação, e difusão das culturas indígenas no Brasil, remeteríamos a atividades do primeiro órgão brasileiro responsável pela execução de uma política indigenista: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O SPI foi criado em 1910³ como uma das conseqüências mais imediatas da Comissão Rondon⁴ (Paula e Gomes, 1983) e tinha por finalidade proteger e integrar os povos indígenas à sociedade nacional, além de implementar estratégias de ocupação territorial do país, que em grande medida implicou o confinamento territorial dos povos indígenas⁵. Data ainda das primeiras décadas do século XX a legislação que estabelece a relativa incapacidade jurídica dos povos indígenas, instituindo sua tutela em relação ao SPI e posteriormente à FUNAI⁶, condição que somente será revertida com a Constituição de 1988.

Dentro do que possa ser mais relevante para este trabalho no âmbito da atuação do SPI na primeira metade do século XX, destaca-se criação em 1942 da Seção de Estudos, que tinha dentre suas atribuições: realizar estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio, promovendo a divulgação dos resultados obtidos ao público em geral e em cooperação com universidades e colégios; realizar trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora; além de manter um museu com acervo sobre o índio e realizações do SPI⁷. Conforme Paula e Gomes (1983), no período de 1942 a 1947 a Seção de Estudos realizou diversas expedições para documentação e a partir de 1947 recebe seus primeiros etnólogos, Darcy Ribeiro, Max Boudin e a musicóloga Helza Cameu, consolidando-se um centro de pesquisas etnológicas. Intensificaram-se então pesquisas junto a outros povos indígenas (Paula e Gomes, 1983:10).

A década de 1950 foi bastante expressiva em termos da estruturação do órgão indigenista para realização estudos, ações e projetos voltados à pesquisa, documentação e difusão das culturas dos povos indígenas no Brasil. Em 1953 foi criado o Museu do Índio com

³ O órgão criado em 1910 foi denominado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, vindo a ser denominado Serviço de Proteção aos Índios em 1918.

⁴ A “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas” ficou conhecida pelo nome de Comissão Rondon por ter à sua frente entre os anos de 1907 e 1915 o Marechal Cândido Rondon. A expedição tinha por objetivo integrar via linhas telegráficas áreas isoladas do país, especialmente os estados de Mato Grosso e Amazonas, mas também se caracterizou por uma expedição científica, da qual fizeram parte especialistas em botânica, zoologia, além de fotógrafos, cineastas etc.

⁵ Informações no site do Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org)

⁶ Conforme consta no Código Civil de 1916 e no Decreto nº 5.484 de 27 de junho de 1928.

⁷ Conforme consta no Decreto nº 10.652 de 16 de outubro de 1942, que cria dentre outros a Seção de Estudos.

objetivo de divulgar os trabalhos desenvolvidos pela Seção de Estudos, atingir o grande público e despertar interesse pelas questões indígenas (Paula e Gomes, 1983:10). Foi organizada a Biblioteca Marechal Rondon (primeira biblioteca voltada exclusivamente aos estudos indígenas) e em 1955 foi implantado o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural⁸, primeiro curso de pós-graduação em Antropologia no país (Paula e Gomes, 1983:13). Em 1958 foi inaugurada junto ao SPI uma seção de vendas de artefatos indígenas, da qual se originaram as Lojas Artíndia⁹ e realizado Seminário com patrocínio da Unesco, que agregou mais de 80 países (Paula e Gomes, 1983:14).

Das pesquisas realizadas pelo Museu do Índio na década de 1950 destacam-se as de Eduardo Galvão no Rio Negro, de Mário Ferreira Simões sobre a cerâmica Karajá, de Roberto Cardoso de Oliveira entre os Terena e Tapirapé, além da documentação do cinegrafista Heinz Foerthmann sobre o funeral Bororo. Em colaboração do SPI com outras instituições foram realizadas pesquisas como as de Alfred Métraux junto aos Kayapó, de Darcy Ribeiro sobre o processo de assimilação de grupos indígenas brasileiros, e da etnomusicóloga Simone Dreyfus-Roche que documentou língua, cantos e música de grupos Jê (Paula e Gomes, 1983:12). Nesta década o Museu do Índio também apresentou anualmente ao público exposições sobre temas específicos em etnologia (Paula e Gomes, 1983:13) e desenvolveu atividades educativas junto às escolas no Rio de Janeiro.

A década de 1960 é marcada pela transferência do SPI do Rio de Janeiro para Brasília (tendo permanecido na antiga capital apenas o Museu do Índio) e pela extinção do SPI e criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967. O Museu do Índio passa a ser subordinado à FUNAI e ao longo da década deu continuidade a atividades básicas. Em 1969 intensificou seu Programa de cursos de extensão universitária em Antropologia e áreas afins (FUNAI, 2003:5). Entretanto, como expõem Paula e Gomes (1983:15), devido especialmente às reformas administrativas, o Museu do Índio não pode dar continuidade nesta década a projetos de pesquisa de vulto, como os realizados na década anterior.

Em 1974, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, o Museu do Índio lança sua primeira publicação oficial, o “Boletim do Museu do Índio”, produzido em quatro series: Antropologia, Documentação, Etnologia e Lingüística (Andrade Silva, 2008). Em 1977

⁸ Implantado através de convênio do SPI com a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES).

⁹ Lojas situadas em diferentes cidades do país que colocam à venda objetos recebidos diretamente dos indígenas. Em 2012 as Lojas passam a ser vinculadas ao Museu do Índio, desde 1977 estavam ligadas a Departamentos e Coordenações da FUNAI (Paula e Gomes, 1983:14).

o Museu do Índio é transferido para outro endereço¹⁰, sendo reaberto ao público somente em dezembro de 1978. Ao longo das décadas de 1970 e 1980 foi enriquecido o acervo etnográfico do Museu do Índio pela doação de coleções de pesquisadores; foram renovadas as exposições permanentes do Museu; estabelecido um sistema de “coleções de estudo” destinado ao público especializado; criou-se a exposição itinerante em vitrines valises, que percorreram colégios e instituições culturais; foram firmados convênios para restauração e reprodução do acervo fílmico do Museu do Índio e produção de filmes etnográficos. Foram incrementadas atividades na área da Arqueologia e Museologia, realizadas pesquisas etnográficas junto aos Xavante, Paresi e Irantxe e realizado Estudo Comparativo das Línguas Karib no Brasil. Foi intensificado o programa de cursos de extensão universitária e as atividades pedagógicas (Paula e Gomes, 1983:16-18). Em 1987 o Museu do Índio ainda participa da realização do Festival Latino-Americano de Cinema dos Povos Indígenas (FUNAI, 2003:5).

Com relação aos projetos e ações do Governo Federal voltados aos grupos populares e aos povos tradicionais no período que antecede a Constituição Federal de 1988, cabe destacar alguns marcos relevantes à trajetória, embora as ações voltadas aos povos indígenas não tenham sido tão expressivas quanto as realizadas pelo SPI. Foi nas décadas de 1930 e 1940 que nasceram as primeiras propostas e instituições voltadas à valorização e preservação do patrimônio cultural e do folclore brasileiro. Em 1936 é apresentada proposta de implantação de política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, elaborada por Mário de Andrade, e em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (IPHAN, 2010). Na década seguinte é criado o Instituto Brasileiro para Educação, Ciência e Cultura (IBECC), bem como a Comissão Nacional de Folclore, órgão paraestatal vinculado ao IBECC no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. A criação da Comissão Nacional de Folclore foi o ponto de partida do fomento ao estudo e apoio às manifestações culturais populares do país (CNFCP, 2008).

Em 1958 foi instalada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, e no âmbito da Campanha foi criado no ano seguinte o Prêmio Sílvia Romero com o propósito de estimular a produção de conhecimento científico sobre os diversos temas do folclore e da cultura popular¹¹. Na década de 1960 foi criado o Conselho Nacional de Folclore (ligado ao Ministério da Educação e Cultura), a Biblioteca

¹⁰ A sede do Museu do Índio é transferida do prédio na Rua Mata Machado 126, no Bairro Maracanã, onde funcionou desde sua criação, assim como o SPI, para um prédio tombado pelo IPHAN na Rua das Palmeiras, 55, no Bairro de Botafogo, onde está até hoje instalado.

¹¹ Conforme site do CNFCP.

Amadeu Amaral (especializada em cultura popular) e criado o Museu de Folclore Edison Carneiro. Embora em número não tão expressivo, é possível localizar tanto na Biblioteca quanto no Museu acervo ligado à temática indígena. Ainda no âmbito da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, foi publicado na década de 1960 o primeiro número da Revista Brasileira de Folclore, editada entre os anos de 1961 e 1976¹². Nos exemplares da Revista foi localizado um trabalho dedicado à temática indígena, na Revista Nº.4 de 1962, denominado “Música Indígena”, de autoria da etnomusicóloga Helsa Camêu.

Na década de 1970 foi criado o Centro Nacional de Referências Culturais e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro foi transformada no Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Artes (Funarte). Foi criada também a Fundação Nacional Pró-Memória, instituição incumbida de implementar a política de preservação da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2010). Na Galeria de Folclore da Funarte foi realizada em 1979 a exposição temporária “Herança Indígena”¹³. Já na década de 1980, no âmbito do Instituto Nacional do Folclore foi criada a Sala do Artista Popular, voltada para exposição da produção de arte popular e artesanato brasileiros, que a partir da década de 1990 recebeu seis mostras indígenas. Em 1984 a Sala de Exposições Temporárias no anexo do Museu de Folclore Edison Carneiro é inaugurada com uma mostra de arte indígena promovida pela embaixada do Canadá e pela FUNAI, sobre indígenas do Canadá e do Brasil. A abertura da exposição foi acompanhada de palestras e debates sobre a temática indígena¹⁴. O ano seguinte, de 1985 é marcado pela criação do Ministério da Cultura.

A Constituição Federal de 1988 e as políticas culturais e patrimoniais para os povos indígenas

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, como outros novos movimentos sociais, os povos indígenas passam a organizar-se pela demanda de direitos, visto que o período da Ditadura Militar intensificou o cerceamento aos direitos indígenas, seja através de projetos que pretendiam a redução das Terras Indígenas, seja pela prática exacerbada da violência, que documentos como o recém recuperado Relatório Figueiredo hoje trazem à luz. Como já mencionado, é com a Constituição Federal de 1988 que os indígenas passam a ser

¹² Conforme informações do site do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (www.cnfcp.gov.br)

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

considerados sujeitos de direito, que a tutela com relação ao órgão indigenista deixa de existir, que direitos à terra e direitos culturais são elaborados e garantidos.

Nos já mencionados artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, o Estado vem formalizar o reconhecimento e a responsabilidade de promover as manifestações dos grupos populares e tradicionais brasileiros. No artigo 216 o patrimônio cultural é definido de modo a abarcar tanto obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas quanto as manifestações de natureza “imaterial”, relacionadas à cultura no sentido antropológico: visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas que fundamentam as identidades sociais (Vianna, 2004). Com isso, o Estado passa a reconhecer aspectos do patrimônio cultural brasileiro que até então não haviam recebido a devida atenção, bem como passa a atribuir direitos culturais a grupos que estavam à margem das políticas culturais e patrimoniais, dentre eles os povos indígenas.

Apesar dos avanços da Constituição de 1988, será apenas no final da década de 1990 e início dos anos 2000 que instrumentos de regulamentação serão consolidados na direção de programas e políticas culturais e patrimoniais que contemplam os povos indígenas. Ao longo desses anos, a política indigenista passa por uma série de mudanças, para as quais contribuíram o aumento de Organizações Não Governamentais (ONG), indígenas e não indígenas, passando a sociedade civil a posicionar-se como interlocutora junto ao Estado (Matos, 2007). Paralelo ao aumento no número de ONG's e sua atuação em projetos junto aos povos indígenas, também o volume de recursos investidos por organismos e organizações internacionais garantiu um aumento na realização de projetos. E ainda na década de 1990, observa-se o início da descentralização das responsabilidades de execução de políticas do órgão indigenista, a FUNAI, para os demais Ministérios, como foi o caso da responsabilidade pela educação indígena, transferida para o Ministério da Educação, da saúde indígena, ao Ministério da Saúde e como mais recentemente vem o Ministério da Cultura propondo uma agenda para as culturas indígenas, dentre outros Ministérios.

O órgão indigenista após Constituição de 1988

No início da década de 1990 a FUNAI é transferida para o Ministério da Justiça, ao qual é subordinada até a presente data. Nos três primeiros anos desta década, o Museu do Índio funcionou com número bastante reduzido de atividades, pois se encontrava em condições físicas precárias. Destes primeiros anos destaca-se a realização do “Encontro Sociedades Indígenas e Meio Ambiente”, que foi uma preparação para a Conferência Rio 92.

Em 1993 é iniciada a Revitalização do Museu do Índio e a exposição “Viva Yanomami” marca sua reabertura. Naquele ano e no seguinte são realizadas exposições temporárias e permanentes, são retomadas atividades de pesquisa e pedagógicas, é realizada uma Mostra de Filmes Etnográficos, a biblioteca do Museu é reaberta e parcerias com diversas instituições (Universidades, Centros Culturais, Embaixadas) são firmadas para o desenvolvimento de projetos, mostras e jornadas (Andrade Silva, 2008:45).

Na segunda metade da década de 1990, o Museu do Índio organizou uma dezena de exposições, atividades pedagógicas, eventos culturais e lançou diversas publicações. Ofereceu anualmente ao público o curso de extensão universitária “Dimensões das Culturas Indígenas”, entre os anos de 1995 e 1997. No Plano Pluri-Anual da FUNAI de 1996-1999 foram incluídas duas ações voltadas à preservação e difusão do patrimônio cultural indígena para execução do Museu do Índio entre 1998 e 1999. Conforme Andrade Silva (2008:31) foi a primeira vez que o orçamento da União contemplou recursos específicos para ações voltadas à preservação e difusão do patrimônio cultural das populações indígenas.

Na primeira década dos anos 2000 as atividades voltadas à valorização cultural e ao patrimônio cultural passam a ser significativas também junto ao órgão indigenista. A criação de uma série de programas, as tentativas de regulamentações do patrimônio indígena, as parcerias estabelecidas com agências de fomento, e a proposta de maior participação indígena nos projetos conferem um novo cenário à política cultural e patrimonial do órgão indigenista. No ano 2000 a presidência da FUNAI cria o “Registro dos Bens do Patrimônio Cultural Indígena” e o “Cadastro do Patrimônio Cultural Indígena”, atribuindo ao Museu do Índio a responsabilidade de execução. O Cadastro e Registro pelo Museu do Índio, porém não foram levados adiante. Mas tão logo formulados os instrumentos da política de patrimônio imaterial de responsabilidade do IPHAN, o Museu do Índio estabelece diálogo com o então Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN visando propor ações voltadas ao reconhecimento e documentação do patrimônio cultural indígena. O Museu do Índio esteve diretamente envolvido, por exemplo, na proposição da candidatura da Arte Kusiwa como patrimônio cultural do Brasil em 2002 e na candidatura da Arte gráfica Wajãpi ao prêmio da UNESCO das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, contemplado em 2003, dentre outras ações que tem executado em parceria com o IPHAN.

Em 2001 a FUNAI implanta o Programa de Proteção ao Patrimônio Cultural Indígena, que pretendia criar Centros de Proteção e Difusão do Patrimônio Cultural Indígena nas 55

administrações executivas regionais do órgão indigenista¹⁵. O programa passou a ser de responsabilidade da Coordenação Geral de Artesanato (CGART) da FUNAI, para a qual também foi transferida em 2003 a ação orçamentária de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, que estava sob responsabilidade do Museu do Índio. Não foi possível levantar o número exato de Centros Culturais efetivamente instalados pela CGART, mas estima-se um número de 10 Centros, com destaque para o Centro Cultural Ikuiapá, localizado na cidade de Cuiabá/MT.

No período em que a ação de promoção do patrimônio cultural indígena ficou sob responsabilidade da CGART (de 2003 a 2009), foram realizadas pela Coordenação atividades como: construção e manutenção dos centros culturais indígenas; realização de pesquisas junto a diversos povos indígenas; fomento a práticas culturais como rituais, festas; apoio à realização de oficinas de revitalização cultural, cursos, encontros, festivais (FUNAI, 2007 e 2009). Também foram realizados seminários sobre o tema do conhecimento tradicional dos povos indígenas e divulgada legislação relacionada à regulamentação de pesquisa científica em terras indígenas (FUNAI, 2007a). Ainda entre os anos de 2003 e 2009 foram apoiados pela CGART projetos de comercialização de artesanato empreendidos por diversos grupos indígenas, bem como oferecido o apoio necessário às Lojas Artíndia (FUNAI, 2009).

Neste mesmo período e nos anos seguintes o Museu do Índio realizou, com apoio de diversos parceiros, cerca de vinte exposições em sua sede, além de outros estados e países. Também promoveu grande número de atividades pedagógicas, eventos culturais, cursos e palestras; desenvolveu projetos de pesquisa e fomentou publicações. Em parceria com o Museu Nacional lançou o site “Línguas indígenas do Brasil” e em parceria com a UNESCO realizou o projeto “Vocabulário de Línguas Indígenas”, que fez levantamento de dezenas de línguas indígenas. Em 2006 foi lançado em parceria com o IPHAN/MinC o Tesouro de Cultura Material dos Índios no Brasil, ferramenta para o tratamento e recuperação de informações sobre a cultura material indígena. Destacam-se ainda a realização de oficinas de Gerência de Museus para os povos Indígenas, o Projeto guias indígenas no Museu e o lançamento do Programa “Índio no Museu”, que tem como proposta a parceria direta com os indígenas para documentação da cultura com foco na cultura material e no processo de produção de bens.

¹⁵ Conforme site da FUNAI: www.funai.gov.br

Em 2008 tem início o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras¹⁶, que nesta primeira etapa realizou o tratamento dos acervos disponíveis no Museu do Índio. Nos anos seguintes, o Programa que visa proteger, reforçar e revitalizar línguas e culturas indígenas existentes no território brasileiro¹⁷ ganha maior proporção. Com renomados especialistas coordenando os cerca de 30 projetos de documentação de culturas e línguas indígenas¹⁸, também são engajados e capacitados pesquisadores indígenas para a execução da pesquisa, que segue nas etapas de trabalho de campo e documentação.

Em 2010 as ações orçamentárias da FUNAI voltadas ao patrimônio cultural retornam ao Museu do Índio, que optou pelo formato de apoio a projetos através de editais a serem encaminhados pelas coordenações regionais da FUNAI e elaborados juntamente com os povos indígenas. Os primeiros editais foram lançados em 2010, para apoio a eventos e projetos voltados à cultura material indígena. Através destes editais foram apoiados cerca de 50 projetos¹⁹. Em 2011 e 2012 foram publicados novos editais de projetos culturais, que contemplaram mais de 100 propostas em diferentes linhas de apoio: cultura material, capacitação para gestão dos centros culturais, registro e documentação do patrimônio cultural e eventos.

Além dos projetos apoiados pelos editais foi dada continuidade ao apoio que a CGART oferecia à realização de eventos, encontros, festas, rituais, feiras de artesanato, compra de equipamentos para os centros culturais; oficinas de capacitação aos indígenas, acompanhamento dos pontos de cultura indígena implementados pelo MinC. Tiveram continuidade também as atividades que já vinham sendo realizadas pelo Museu do Índio, como as exposições e mostras dentro e fora do Museu do Índio, atividades pedagógicas, editoração e publicações de livros e revistas, realização de cursos, eventos culturais e científicos, destacando-se encontros e seminários sobre a temática do patrimônio cultural indígena. Ainda em 2012 foi lançado o Programa “Índio e Arte”, um programa de salvaguarda do patrimônio cultural indígena voltado para a preservação da cultura material dessa população. Estão em andamento ainda projetos como "O Trabalho da Memória Através Dos Cantos", realizados junto a cinco grupos indígenas, dentre outros projetos e parcerias que vem sendo estabelecidas com órgãos governamentais e não governamentais em âmbito nacional e internacional.

¹⁶ O Programa é desenvolvido em conjunto com o Instituto Max Planck, da Holanda, várias universidades e centros de pesquisa do país, e tem apoio da Fundação Banco do Brasil e da UNESCO.

¹⁷ Conforme: FUNAI, 2009.

¹⁸ Dados obtido no site do Museu do Índio: www.museu.doindio.org.br

¹⁹ Conforme informações junto ao Museu do Índio.

A regulamentação da política de patrimônio imaterial no âmbito do IPHAN/MinC e ações desenvolvidas

Após a promulgação da Constituição de 1988 transcorreram 12 anos até a regulamentação de uma política voltada ao patrimônio imaterial. O Decreto Nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 instaurou o instrumento do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Conforme Telles e Costa (2007), além do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, outros dois instrumentos influenciaram sobremaneira a criação do Decreto: a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da UNESCO de 1989 e a Carta de Fortaleza, de 1997²⁰. No mesmo ano do Decreto também foi desenvolvido o Instrumento técnico de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), metodologia voltada à produção de conhecimento sobre bens culturais (IPHAN, 2010).

Com o Registro, instrumento de reconhecimento do Estado do patrimônio cultural brasileiro, o Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, responsável pela execução da política de patrimônio imaterial, passa a elaborar e executar junto aos grupos planos e ações de salvaguarda para os bens registrados. Para tal, o DPI conta com apoio das Superintendências Estaduais do IPHAN e de instituições, entidades e associações com atuação junto aos grupos envolvidos. Em 2007 O IPHAN estabeleceu ainda parceria com o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura para a instalação de Pontões e Pontos de Cultura articulados aos planos de salvaguarda dos bens registrados (IPHAN,2010). Até o ano de 2013 foram registrados junto ao IPHAN os seguintes bens indígenas: “Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi” (2002); “Cachoeira de Iauaretê: Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos rios Uaupés e Papuri” (2006); “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro” (2010); “Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawenê Nawê”²¹ (2010); “Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá” e “Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá” (2012).

Quanto à aplicação do INRC junto aos povos indígenas, a primeira experiência foi realizada junto aos Mbyá Guarani no Rio Grande do Sul em 2004. Em 2009 este Inventário foi estendido aos demais estados brasileiros com presença Mbya (SC, PR, SP, RJ e ES). O Inventário Mbya Guarani ainda está em andamento e integra hoje um projeto mais amplo, que

²⁰ Elaborada no Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, realizado pelo IPHAN em 1997, em Fortaleza. No ano seguinte ao Seminário foi instituída Comissão Interinstitucional e Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, responsáveis pela elaboração da regulamentação do Registro (IPHAN, 2010).

²¹ Em 2011 o “Ritual Yaokwa, do povo Indígena Enawenê Nawê” foi incluído na Lista de Patrimônio Cultural Imaterial em Necessidade de Salvaguarda Urgente da UNESCO.

abrange os países latino-americanos com presença Guarani. Trata-se do projeto “Valorização do Mundo Cultural Guarani”, coordenado pelo Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina (CRESPIAL), cujos acordos entre os países partícipes iniciaram em 2007. Dentre outras experiências de Inventários juntos a povos indígenas estão: “INRC Povo Indígena Tembé no Alto Rio Guamá/PA” e os que foram desenvolvidos de modo preliminar: “Inventário Povos Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus/AM” e “Estudo Festa da Moça Nova Tikuna/AM”.

Em 2005 o DPI lançou o primeiro edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Os editais anuais visam apoiar projetos voltados à salvaguarda do patrimônio imaterial do Brasil. Mais de vinte projetos indígenas foram contemplados pelo edital desde seu lançamento até o ano de 2013. O DPI ainda vem elaborando propostas de regulamentação do instrumento do Inventário Nacional da Diversidade Lingüística (INDL). Em 2008 foi lançado o primeiro edital de seleção de projetos para experimentação da metodologia que contemplou os seguintes projetos de línguas indígenas: “Inventário da língua Guarani Mbyá”, “A Língua Asuriní do Tocantins: projeto-piloto para a metodologia geral do INDL”, “Levantamento Sócio-Lingüístico e Documentação da Língua e das Tradições Culturais das Comunidades Indígenas Nahukwa e Matipu do Alto Xingu”, “Inventário da Língua Ayuru” e “Para um Inventário da Língua Juruna”. Ainda vem sendo desenvolvidos pelo DPI desde 2010 o Projeto MAPEO, uma parceria entre o Brasil e a Colômbia para viabilizar a produção de documentação sobre a rota dos lugares sagrados dos povos indígenas no Noroeste Amazônico. O IPHAN organizou ainda, em 2006 e 2007, dois encontros sobre Patrimônio Cultural e Povos Indígenas em São Miguel das Missões/RS.

Em 2003, o Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular (CNFCP)²² passa a integrar a estrutura do IPHAN, e em 2004 a do Departamento do Patrimônio Imaterial. Dentre as ações do CNFCP junto aos povos indígenas a realização de seis exposições na Sala do Artista Popular desde 1996 acerca dos povos Tikuna, Kaxinawá, Ashaninka, Mbyá Guarani, Terena e Karajá e a realização em 2002 de um projeto junto aos Mbyá Guarani no âmbito do Programa de Apoio a Comunidades Artesanais, criado em 1998. Mas os projetos mais expressivos junto aos povos indígenas foram realizados a partir de 2009, em parceria com o Museu do Índio, no âmbito do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural. O programa que abrange 65 pólos de artesanato em todos o Brasil contemplou 5 projetos indígenas junto aos povos Wajãpi, Mbyá Guarani, Maxakali, Kuikuro e Asuriní, e busca hoje

²² Em 1997 a Coordenação de Cultura Popular (que substituiu em 1990 o Instituto Nacional de Folclore) foi transformada em Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular, vinculado à Funarte.

junto ao MinC estabelecer-se como uma política pública voltada ao artesanato de tradição cultural. O CNFCP vem lançando ainda desde 2007 Edital de Apoio à Produção de Documentários Etnográficos sobre Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Foram contemplados em duas edições do edital os seguintes documentários indígenas: “Kusiwarã – as marcas e criaturas de Cobra Grande”, realizado junto aos Wajãpi/AP e “Mbaraká – a palavra que age”, junto aos Guarani Kaiowá.

As políticas culturais específicas para os povos indígenas no âmbito do Ministério da Cultura

No início da década de 1990, o Ministério da Cultura chegou a ser transformado em Secretaria ligada à Presidência da República e de modo geral contava com poucos recursos. Apenas no final desta década é que os recursos começam a ser ampliados²³. Em 2003 o Ministério da Cultura é reestruturado e dentre as secretarias criadas cabe menção à Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, que marca o início de uma aproximação maior do Ministério junto aos povos indígenas. Em 2004 foi criado o Programa Cultura Viva, que teve como base os Pontos de Cultura, selecionados por meio de editais públicos do Ministério da Cultura²⁴. Entre os anos de 2005 e 2007 foram implementados mais de vinte Pontos de Cultura junto aos povos indígenas (MinC, 2012).

Em 2004, o MinC promoveu discussão sobre a criação de uma política pública de cultura voltada aos povos indígenas durante o Fórum Cultural Mundial, realizado em São Paulo. Dos desdobramentos deste diálogo é possível citar a criação de um Grupo de Trabalho para as Culturas Indígenas em 2005, que é transformado em Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas em 2010; a elaboração em 2010 de um Plano Setorial para as Culturas Indígenas para o período de 10 anos; a garantia de uma vaga para representante indígena no plenário do Conselho Nacional de Políticas Culturais; a implantação de mais de 100 Pontos de Cultura Indígena através dos Programas Mais Cultura e Cultura Viva, em parceria com a FUNAI e com entidades civis; a realização de 4 edições do Prêmio Culturas Indígenas, que

²³ Embora não tenha sido possível levantar ações desenvolvidas junto aos povos indígenas pelas Secretarias do Ministério da Cultura em período anterior a 2003, dados relativos aos recursos financeiros destinados a ações voltadas às culturas indígenas desde o período de 1995 podem auxiliar a avaliar o investimento em ações para o setor nas últimas décadas. Conforme dados em Plano Setorial para as Culturas Indígenas (MinC 2012:115-116), a média de recursos repassados a projetos de culturas indígenas (recursos captados via Lei Rouanet e do Fundo Nacional de Cultura) no período de 1995 a 2003 foi de aproximadamente R\$100.000,00 ao ano. Para o período de 2004 a 2011 a média evoluiu para aproximadamente R\$ 1.600.000,00 ao ano, revelando o quão expressivo vem sendo o investimento em ações para o setor se comparado ao período anterior a 2003.

²⁴ O programa é executado pela Secretaria de Cidadania Cultural que, até 2008, se chamava Secretaria de Programas e Projetos Culturais.

em cada edição apoiou em média 100 iniciativas através de apresentações de candidaturas em formatos que possibilitaram ampla participação (poderiam ser apresentadas em vídeo).

O MinC também tem promovido nos últimos anos a realização de mostras, exposições e campanhas para valorização das culturas indígenas, a exemplo do Festival Vídeo Índio Brasil, que alcançou mais de 100 cidades brasileiras. Também foram apoiados projetos e programas como o “Encontro dos Povos Guarani da América do Sul”, o “Festival Cultural Corredor Pano” e instituído o “Programa cultural para o Alto e Médio Rio Negro”. Através de suas secretarias também apoiou a criação do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas em 2010 e o “Projeto de Extensão Universitária Arte e Cultura Indígena”, desenvolvido junto aos Guarani Kaiowá e Terena.

Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar a trajetória das instituições, regulamentações e ações culturais e patrimoniais que implicam os povos indígenas. A Constituição Federal de 1988 foi tomada como um marco nas transformações que vinham sendo demandadas pelos povos indígenas na relação com o Estado brasileiro. O fim da tutela com relação ao órgão indigenista se reflete também nas políticas culturais, quando se observa a demanda cada vez maior de participação indígena na elaboração e execução das políticas, projetos e ações que lhes digam respeito. Para isso tem contribuído também regulamentações internacionais, a exemplo da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, que dentre outras garantias, prevê o respeito à integridade das práticas e instituições dos povos indígenas e o dever dos estados de realizar consulta livre, prévia e informada cada vez que sejam previstas medidas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Neste novo modelo de relação, em que o protagonismo indígena se sobressai, os órgãos federais responsáveis pelas políticas culturais junto aos povos indígenas (Museu do Índio, Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do MinC, Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN) vem se deparando com a demanda freqüente de ações de capacitação dos povos indígenas para que eles mesmo possam documentar e produzir reflexões acerca de suas culturas, seja através do recurso da escrita, seja do audiovisual. Os órgãos federais vêm respondendo às solicitações através de ações e projetos como os de formações de pesquisadores e cineastas indígenas (como é o caso do IPHAN e Museu do Índio), assim como a implantação dos pontos de cultura indígena, a criação do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas e a garantia de uma vaga para representante indígena no plenário do

Conselho Nacional de Políticas Culturais tem sido significativas no âmbito da atuação do Ministério da Cultura e suas secretarias.

Cabe retomar que somente com a Constituição de 1988 direitos culturais e patrimoniais dos povos indígenas passam a ser reconhecidos no país e suas manifestações protegidas e promovidas por dever pelo Estado. A Constituição inaugurou, pois um período marcado pela possibilidade de implementação de políticas e programas culturais e pela ruptura com o paradigma do integracionismo e assimilacionismo que marcou a política indigenista das primeiras décadas do século XX. No período posterior à Constituição Federal de 1988 ainda vem se observando a descentralização das políticas do órgão indigenista para os diferentes Ministérios. Tal medida, por um lado tem dado força à construção de políticas e programas em diferentes setores voltadas aos povos indígenas, mas por outro tais Ministérios não dispõem ainda da estrutura necessária a implementação das políticas e programas, a exemplo da carência de quadro técnico junto ao Ministério da Educação, mas também no Ministério da Cultura. A fim de suprir carências como esta, mas também de modo a favorecer o diálogo com os povos indígenas, os Ministérios têm investido em parcerias com o órgão indigenista, Organizações Não Governamentais (indígenas e indigenistas), bem como contratando consultores em antropologia para acompanhamento dos projetos e políticas.

Neste cenário de alguns avanços, não são poucos os desafios que se vislumbram. Políticas que visem valorizar e respeitar a diversidade cultural e que se propõem mais participativas vem sendo desafiadas na prática quando, por exemplo, as coletividades indígenas não se mostram a nós como dadas. As noções de representação, participação e consulta são termos cujos sentidos são diversos e na maior parte das vezes não consensuais entre os povos indígenas e o Estado. E tão heterogêneos são seus regimes de conhecimento e produção de coletivos que o uso de nossas concepções genéricas, como a de “indígena” não nos permite alcançar. Muita escuta se faz necessária por parte dos órgãos responsáveis pelas políticas voltadas aos povos indígenas, e muitos são os entraves administrativos e burocráticos com os quais eles vêm se deparando na tentativa de execução de políticas mais adequadas aos povos indígenas. Infelizmente, enquanto educação e cultura não se fizerem prioridade num projeto político mais amplo, a ação dos órgãos executores das políticas abordadas aqui continuará encontrando limites bem claros.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE SILVA, Rosilene. O processo e modernização do Museu do Índio. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

CNFCP – Centro Nacional De Folclore E Cultura Popular. Livreto que acompanha o documentário "Em busca da tradição nacional (1947-1964)". Rio de Janeiro, 2008.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. MUSEU AO VIVO. Informativo do Museu do Índio. Ano 14, nº23 - Fevereiro a abril, 2003a.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Relatório de Gestão do Exercício de 2008. Brasília, 2009. Acessado em: <<http://www.funai.gov.br>>.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2007. Brasília, 2007a. Acessado em <http://www.cgu.gov.br/relatorios/RA208694/RA208694.pdf>

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Relatório de Gestão - Exercício 2006. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os sambas, as rodas, os bumbas os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, 2010.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Execução e gestão de projetos indígenas: criando tradição e/ou reflexão? In: Povos indígenas: projetos e desenvolvimento. Cássio Noronha Inglez de Sousa, Antonio Carlos de Souza Lima, Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, Sondra Wentzel (Orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

MinC – Ministério da Cultura. Plano Setorial para as Culturas Indígenas. Brasília, 2012.

PAULA, Ruth W. de Garcia e GOMES, Jussara Vieira. O Museu do Índio: 1953-1983. In: Museu do Índio 30 anos 1953-1983. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro, 1983.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio; COSTA, Rodrigo Vieira. Direitos culturais: aspectos jurídicos do registro de que Trata o decreto 3551/2000. Anais do III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado em Salvador, 2007.

VIANNA, Letícia. Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais: A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: Série Encontros e Estudos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular Nº 5. Rio de Janeiro, 2004.